

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS
 - 1.1 – Reuniões de Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
 - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
- 5 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 7 – ERRATA



ATAS

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/9/2017

Às 16h3min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Arnaldo Silva e Nozinho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária da Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, publicado no *Diário do Legislativo* em 14/9/2017. A presidência avoca para si a relatoria da visita realizada em Belo Horizonte, no dia 26/9/2017. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 4.022 e 4.073/2017 (ambos relatados pelo deputado Nozinho), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 8.579/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.930/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência de convidados destinada a debater o novo modelo tecnológico utilizado para a produção do teclado inteligente multifuncional disponibilizado a pessoas com deficiência, bem como para a apresentação funcional do produto pelo Sr. Gleison Fernandes de Faria, analista de sistemas;

nº 10.050/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a regularização no repasse de recursos em favor da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae – de Belo Horizonte, referentes aos convênios Casa Lar 164/2013 e Equipar 1041/2013, firmados com o governo do Estado por meio dessa secretaria;

nº 10.073/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada visita à Fundação Dom Bosco, em Belo Horizonte, para conhecer sua estrutura e os serviços prestados à pessoa com deficiência;

nº 10.074/2017, do deputado Arnaldo Silva, em que requer seja a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência representada na II Parada da Educação Municipal para Conscientização da Luta da Pessoa com Deficiência, a ser realizada no dia 27 de setembro, às 19 h, no Centro de Eventos Yara Lins, no Município de Frutal.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a visita a ser realizada à Escola Estadual Pestalozzi, em Belo Horizonte, no dia 2 de outubro, e para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2017.

Duarte Bechir, presidente – Arnaldo Silva – Nozinho.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/9/2017

Às 9h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista, Bonifácio Mourão e Doutor Jean Freire, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.858, 9.920 a 9.925, 9.931 a 9.934 e 10.039/2017.

É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 10.095/2017, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada audiência de convidados para celebrar as ações de prevenção e combate ao câncer de mama por ocasião da campanha Outubro Rosa.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 10.093/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão Extraordinária de Proteção aos Animais para debater a causa animal e sua inter-relação com a saúde pública;

nº 10.094/2017, do deputado Doutor Wilson Batista, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para que as cirurgias oncológicas tenham remuneração idêntica, independentemente da instituição na qual estão sendo feitas, desde que sejam realizadas por cirurgiões habilitados para esse procedimento;

nº 10.097/2017, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que sejam compradas cadeiras de rodas, muletas e demais materiais necessários para as pessoas com deficiência;

nº 10.099/2017, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Assistência à Saúde pedido de providências para recomposição dos preços das cadeiras de rodas, muletas e demais itens necessários às pessoas com deficiência, visto que os fornecedores interromperam a entrega desse material porque os preços pagos estão abaixo do custo; e, ainda, seja enviada cópia do requerimento aos senadores e aos deputados federais por Minas Gerais;

nº 10.101/2017, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde, à Ouvidoria-Geral do Estado e ao governador do Estado pedido de providências para reposição dos estoques de medicamentos dos Caps, uma vez que a falta de medicamentos para pessoas com problemas mentais pode ter consequências graves;

nº 10.103/2017, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde e ao governador do Estado pedido de providências para o pagamento imediato da segunda parcela da reforma do pronto-socorro do Hospital Dilson Godinho, no valor de 1 milhão de reais, para amenizar o caos da urgência e emergência do Estado e da região Norte de Minas.

A presidência declarou prejudicado o Requerimento nº 9.926/2017, conforme o art. 284, I do Regimento Interno.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2017.

Carlos Pimenta, presidente – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/9/2017

Às 9h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e Duarte Bechir (substituindo o deputado Fábio Cherem, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Registra-se a presença do deputado Paulo Guedes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, proceder à entrega do diploma relativo ao voto de congratulações aos policiais militares lotados no 34º Batalhão de Polícia Militar pela prisão dos autores do crime de roubo ocorrido em 29/8/2017, em quadra de futebol localizada no Bairro Castelo, em Belo Horizonte. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.886/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para determinar que o Sd. BM Arilson Silveira Vasconcelos, nº 164.303-0, seja transferido do Pelotão do Corpo de Bombeiros Militar do Município de Caratinga para a cidade de Resplendor, onde seus familiares ora residem;

nº 9.887/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que seja analisada a possibilidade de o destacamento de Polícia Militar do Município de Porto Firme vincular-se à Companhia Independente de Polícia Militar de Viçosa, uma vez que as localidades estão a apenas 28km de distância, evitando-se, assim, o deslocamento até a Comarca de Piranga, à qual o destacamento está atualmente vinculado;

nº 9.911/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – pedido de providências para a designação de no mínimo três investigadores para a Delegacia de Polícia Civil do Município de Santa Rita do Sapucaí;

nº 9.961/2017, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o descaso com o transporte escolar do Estado e com a segurança das crianças que o utilizam;

nº 10.033/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – pedido de providências para disponibilização de uma motocicleta e de nova viatura ao pelotão do Município de Santana do Garambéu, onde o veículo disponível não possui mais condições de uso em efetivo policiamento local;

nº 10.034/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, em que requerem sejam encaminhados ao governador do Estado as notas taquigráficas da 14ª Reunião Extraordinária desta Comissão, realizada no dia 19/9/2017, e pedido de providências para que sejam incrementados os recursos para custeio e investimento da Polícia Civil de Minas Gerais, considerando-se as narrativas de lideranças e representantes de entidades de classe na polícia, que denunciam o sucateamento do órgão e o risco de colapso da polícia judiciária no Estado;

nº 10.035/2017, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja realizada audiência pública para debater os problemas de estrutura da Polícia Civil e da Polícia Militar no Vale do Aço e no Leste de Minas Gerais;

nº 10.060/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Coronel Pacheco e à disponibilização de novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região;

nº 10.061/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Piau e à disponibilização de viatura de grande porte, com compartimento de segurança, e novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região;

nº 10.062/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Goianá e à disponibilização de viatura de grande porte, com compartimento de segurança, e novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região;

nº 10.063/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Rio Novo e à disponibilização de viatura de grande porte, com compartimento de segurança, e novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região;

nº 10.064/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater o crescimento do índice de criminalidade e violência nos Bairros Pilar e Olhos d'Água, em Belo Horizonte;

nº 10.065/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à instalação de posto de atendimento policial na Estação de Integração Vilarinho, conforme solicitação encaminhada a esta Comissão por meio do portal Fale com as Comissões, disponível no *site* oficial desta Casa;

nº 10.100/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para fornecimento de coletes à prova de balas aos policiais civis do Estado, considerando-se a ausência desse equipamento de segurança na instituição, o que é determinado pela Lei nº 18.015, de 2009, que altera a Lei nº 12.223, de 1994, que obriga o Estado a fornecer equipamento de segurança ao policial civil;

nº 10.102/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Carlos Pimenta, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam convocados todos os excedentes do concurso de investigador da Polícia Civil de 2014, em atenção à Lei Complementar nº 129 de 2013, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado, que prevê a absorção desses cargos, dada a necessidade de urgência de preenchimento dos cargos e da situação calamitosa por que passa a instituição.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Maj. PM Helvécio Fraga dos Santos, comandante da 9ª Companhia de Polícia Militar, representando o Maj. PM Renato Pinheiro Batista, comandante da 8ª Companhia do 34º Batalhão de Polícia Militar; 2º Sgt. PM Fabrício Silvino da Silva, do 3º Pelotão da 8ª Companhia do 34º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais; 3º Sgt. PM Ronesman Alves dos Santos, do 1º Pelotão da 8ª

Companhia do 34º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais; 3º Sgt. PM Emerson Freitas Pereira, do 2º Pelotão da 8ª Companhia do 34º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais; Cb. PM Henrique Paradela dos Santos, do 3º Pelotão da 8ª Companhia do 34º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais; Sd. PM Mathusalam Ribeiro Ivan, do 2º Pelotão da 8ª Companhia do 34º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais; Sd. PM David de Almeida Freitas, do 2º Pelotão da 8ª Companhia do 34º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente – Cabo Júlio – Duarte Bechir.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/10/2017

Às 9 horas, comparece na Sala das Comissões o deputado Doutor Jean Freire, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente de Minas Gerais. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Iara Franca Camargos, delegada de Polícia Civil, representando a delegada responsável pela Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente; Elvira Míriam de Melo Cosendey, coordenadora do Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de Minas Gerais – Fectipa-MG; Débora Maria David da Luz, coordenadora do curso de Serviço Social da PUC Minas, câmpus Contagem, e professora do curso de Serviço Social dos câmpus Contagem e Coração Eucarístico; Lídia Rodrigues, coordenadora da Campanha ANA – Aliança Nacional de Adolescentes; e Célia Carvalho Nahas, coordenadora especial da política pró-criança e adolescente da Sedpac; e os Srs. Márcio Rogério de Oliveira, coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Marcelo Moreira de Oliveira, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte – CMDCA-BH; Murillo José Digiacomo, promotor de Justiça do Estado do Paraná; Moisés Barbosa Ferreira Costa, coordenador da Associação Circo Belô e coordenador do Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Estado de Minas Gerais – Fevcamg; Pedro Patrus, vereador, coordenador da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte; Wladimir Coelho, assessor de Políticas Educacionais da Subsecretaria de Desenvolvimento de Educação Básica da Secretária de Estado de Educação; Hugo Leonardo Goês Bento, psicólogo e Mestre em Processo de Subjetivação pela PUC Minas; e Vitor Vinícius Ferreira da Silva, representante da Rede Estadual de Adolescentes no Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Às 12 horas os trabalhos foram suspensos, sendo reabertos às 13h30min, com a presença do deputado Doutor Jean Freire. A presidência recompôs a mesa com os convidados e, neste momento, comparecem à reunião as deputadas Marília Campos (membro da comissão) e Celise Laviola. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2017.

Marília Campos – presidente.

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/10/2017

Às 19h15min, comparece no Cine Teatro Leon, em Congonhas, o deputado Cristiano Silveira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater supostas alterações no alteamento da Barragem Casa de Pedra da empresa CSN em Congonhas. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Carla Brandão e Mariana Antunes Pimenta, analistas ambientais, representando o secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e os Srs. Neilor Arão, secretário de Meio Ambiente de Congonhas, representando o prefeito; Eduardo Sanches, gerente-geral de Meio Ambiente e Segurança da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN; Rodrigo Ferreira da Silva, representante da comunidade de Congonhas; Ivan Targino Ponciano Filho, diretor do Sindicato Metabase Inconfidentes; Warley Ferreira Costa Brauma, presidente da Associação Bairro Residencial, e Laercio Geraldo Rodrigues da Silva, representante da Associação Cristo Rei. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2017.

Cristiano Silveira, presidente – Noraldino Júnior – Arnaldo Silva.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/10/2017****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 3.014/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre a situação da Barragem de Irapé, que se encontra com baixo volume de água e apresenta processo preocupante de assoreamento decorrente do grande volume de areia que chega pelo Rio Jequitinhonha e de áreas de garimpo existentes na região de Diamantina. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.391/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente pedido de informações sobre a situação dos licenciamentos ambientais referentes às obras de duplicação da Rodovia BR-381. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 39/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcílio de Sousa Magalhães para o cargo de diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 40/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 41/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria de Fátima Chagas Coelho para o cargo de diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 42/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Djaniro Silva para o cargo de diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 43/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Ronan Edgard dos Santos Moreira para o cargo de diretor-geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 45/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Elizabeth Dias Munaier Lages para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 46/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcelo Fernandes Siqueira para o cargo de presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 47/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Tarcísio Dayrell Neiva para o cargo de presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 48/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Gislaine Figueiró Oliveira para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 49/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria do Carmo Menicucci de Oliveira para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 50/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria da Glória Ferreira Giudice para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 51/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Eduardo de Oliveira Chiari Campolina para compor o Conselho Estadual de Educação. Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 53/2017, feita pelo governador do Estado, do Sr. Gustavo Henrique Escobar Guimarães para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.468/2017, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, ao amparo do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.457, que concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado referente à data-base de 2016 e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.478, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia aos servidores das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica que menciona, nos casos que especifica. ((Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.484, que concede anistia às praças da Polícia Militar de Minas Gerais excluídas da corporação em virtude do movimento reivindicatório ocorrido em junho de 1997. ((Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.562, que cria fundos estaduais de incentivo e de financiamento de investimento e dá outras providências. ((Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23563, que institui o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais. ((Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos itens 2 "g", 37, 43, 88, 93 "b", 93 "c" e 102 e pela rejeição do veto ao item 93 "i", todos do Anexo I da proposição de lei.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.800/2015, do deputado João Alberto, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alfenas – Apae de Alfenas – o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.086/2017, do deputado Cássio Soares, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.702, de 4/8/2008, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alpinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.785/2016, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação do trecho da Rodovia MG-259 que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Sardoá. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 10/10/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 7.131, 7.171 a 7.176, 7.207 a 7.209, 7.211, 7.212, 7.255, 7.257 a 7.262, 7.266, 7.267, 7.272, 7.313 a 7.317, 7.351, 7.352, 7.408, 7.413, 7.420, 7.425, 7.429, 7.430, 7.472 a 7.475, 7.512 a 7.514, 7.516, 7.517, 7.569 a 7.573 e 7.575/2017, do deputado Cabo Júlio; e 8.856, 8.873 e 8.892/2017, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a política carcerária do Estado, em especial as demandas dos agentes prisionais e socioeducativos.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 10/10/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.859/2016, do deputado Tito Torres; e 4.191/2017, do deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 6.691 e 6.692/2017, do deputado Gustavo Santana; 8.764/2017, do deputado Bosco; 8.850/2017, do deputado Léo Portela; e 8.880 a 8.891 e 8.893 a 8.905/2017, do deputado Douglas Melo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 10/10/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 8.636/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 8.638/2017, do deputado Ulysses Gomes; e 8.919/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 10/10/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 10/10/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 10/10/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 10/10/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 10/10/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 11/10/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, Carlos Henrique, Felipe Attiê, Ivair Nogueira, Tito Torres e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/10/2017, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o Turno Único da Mensagem nº 124/2016, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2017.

Tiago Ulisses, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Mulheres**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira, Celise Laviola e Rosângela Reis e o deputado Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 10/10/2017, às 10h20min e às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2017.

Marília Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Rosângela Reis e os deputados Elismar Prado, Carlos Pimenta e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/10/2017, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 733/2015, do deputado Fábio Cherem; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 8.657 e 8.658/2017, da deputada Ione Pinheiro, e o Requerimento nº 8.825/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2017.

Bosco, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.146/2015****Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Elismar Prado, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro São João, com sede no Município de Pouso Alegre.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 25/6/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.146/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro São João, com sede no Município de Pouso Alegre.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 9º, parágrafo único, e o art. 34 vedam a remuneração de seus dirigentes; e o art. 50 estabelece que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade de fins não econômicos, idênticos ou semelhantes aos da instituição dissolvida.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.146/2015 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2017.

Leonídio Bouças, presidente – Sargento Rodrigues, relator – Durval Ângelo – Roberto Andrade.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.107/2017

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Cabo Júlio, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Solidária Pequeno Galileu, com sede no Município de Santa Luzia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.107/2017 pretende declarar de utilidade pública a Associação Solidária Pequeno Galileu, com sede no Município de Santa Luzia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover, por meio da educação, da cultura e da assistência social, a proteção e defesa da infância, da adolescência e da juventude.

Com esse propósito, a instituição desenvolve atividades de assistência e promoção da sociedade; implanta e realiza cursos de ensino, visando à integração de seus assistidos no mercado de trabalho; e patrocina espetáculos folclóricos sem fins lucrativos.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida entidade no Município de Santa Luzia, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.107/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2017.

Geisa Teixeira, relatora.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****DISCURSOS PROFERIDOS NA 81ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/10/2017**

O deputado Sargento Rodrigues* – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia. Gostaria que pudessem me auxiliar também com a Constituição do Estado.

Deputado João Leite, ontem ouvimos os anúncios do competente governo de S. Exa. o governador Fernando Damata Pimentel. E mais uma vez, com o mesmo chororô, o secretário José Afonso Bicalho, que eles aqui nos bastidores da Assembleia chamam de “secretário da fazenda”, e não de Fazenda – porque ele costuma, deputado Felipe Attiê, ficar muito na sua fazenda em vez de tratar das questões republicanas de que deveria tratar na Secretaria de Fazenda –, fez ontem um anúncio, deputado João Leite. E quando a imprensa e os jornalistas dos grandes jornais de Minas o questionaram sobre o pagamento do 13º do funcionalismo público, se ia ser parcelado ou não, ele se desviou do assunto e disse nada com nada. Deputado João Leite, trata-se de 1 ano e 10 meses de parcelamento de salários de 157 mil servidores públicos. Faz 1 ano e 10 meses, deputado André Quintão, de parcelamento de salário.

O governador anunciava: “Olha, vamos aguardar o mês de setembro, vamos aguardar o desempenho. A receita vai melhorar. Vamos conseguir fazer isso. Vamos aprovar o fundo imobiliário”. Deputado Antonio Carlos Arantes, esse fundo foi aprovado em julho, antes do recesso. “Vamos aprovar o Refis, que é uma negociação para os credores do Estado, aliás, para os devedores do Estado pagarem suas dívidas de forma mais fácil, com redução dos juros e abatimento da dívida.” Tudo aquilo era esperado para colocar o salário dos servidores em dia. Aí veio o anúncio. No mês passado, no mês de setembro, no dia 28, a última parcela foi paga. Os policiais civis, especialmente os aposentados, amargaram na segunda parcela cinco dias de atraso. E o governo veio novamente. Esse secretário José Afonso Bicalho, o secretário da fazenda, que fez esse anúncio ontem, é o secretário que ganha R\$73.000,00 por mês. O Helvécio Magalhães, do Planejamento, ganha R\$70.000,00 por mês. E o governo não sabe como enxugar a máquina pública. Olha, se não sabe, temos o manual.

O chamado governo tucano, como gostam de dizer a turma do PT e seus aliados – se bem que alguns aliados não vão falar, porque eram aliados ao governo tucano, depois mudaram de lado... Mas especialmente para os petistas que gostam de criticar os governos anteriores, há um caderno que pode ser seguido. Quando o governo do PSDB assumiu em 2003, cortaram-se 3 mil cargos comissionados e reduziram-se três secretarias. O que o governo do PT fez de Minas Gerais? Criou seis secretarias e inundou o Estado de cargos comissionados. Foram R\$100.000.000,00 para propaganda oficial. E aí, deputado João Leite, no dia 1º de outubro, completamos a terceira data-base sem a reposição das perdas inflacionárias por parte do governo do PT em Minas. O art. 37 da Constituição da República diz o seguinte. Aliás, vejam o que diz o inciso X, do art. 37, da Constituição da República: (- Lê:) “A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices”.

Os servidores da segurança pública completaram, no dia 1º de outubro – hoje é dia 3, ou seja, anteontem, no domingo –, a terceira data-base. E o governo continua calado, continua inerte.

O art. 24 da Constituição Estadual diz o seguinte: “A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 7º deste artigo somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices”. Ou seja, repete o dispositivo do inciso X do art. 37.

Deputados João Leite, Felipe Attiê e Antônio Jorge e deputadas Rosângela Reis, que preside a reunião neste momento, e Ione Pinheiro, gostaria da atenção das senhoras e dos senhores. Peço ao nosso serviço de som para aumentar um pouquinho o som, porque vou colocar a fala aqui, agora, deputado João Leite, do Denilson Martins, presidente do sindicato dos policiais civis, que até então apoiava o governo do PT. Olhem o que o Denilson Martins disse ontem na Rádio Itatiaia. (– Aproxima o celular do microfone.)

Aqui é a fala do Sr. Denilson Martins, presidente do Sindpol, deputado João Leite. Ele usou as seguintes expressões: “O governo não recebe a classe trabalhadora”. Há alguma coisa errada, deputado Antônio Jorge. Quer dizer que o Partido dos Trabalhadores não recebe a classe trabalhadora? Quem disse isso foi o presidente do Sindpol – Sindicato dos Policiais Civis de Minas Gerais –, que apoiou o governo Pimentel escancaradamente, junto com a Polícia Civil.

Este é um governo burro e incompetente. Não foi deputado da oposição que disse isso, não fomos nós, foi um apoiador do governo que não recebe a classe trabalhadora, um governo que disse que ia ouvir. Há três anos ele está ouvindo... Será que está ouvindo ou está fingindo que está ouvindo? Essa é a realidade do nosso estado. Deputado João Leite, ontem iniciei a minha pós em gestão pública na Fundação João Pinheiro. O início da apresentação do curso começa, nos cinco primeiros módulos, deputado Antônio Jorge, falando da gestão, do planejamento financeiro-orçamentário, do estabelecimento de prioridades entre políticas públicas.

O que é prioridade para este governo? Prioridade é criar seis secretarias e milhares de cargos comissionados? Por que o governo tucano, como eles gostam muito de falar, em 2013, deputado João Leite, cortou três mil cargos comissionados e três secretarias? Aí Pimentel assume e começa com seus líderes aqui na Assembleia, principalmente do PT, a repetir a mentira mil vezes: “Olha o déficit de R\$7.000.000.000,00 que herdamos”. Se herdou R\$7.000.000.000,00 de déficit, que até hoje entendo que é a maior falácia, a maior mentira apregoada durante esses quase três anos, deputado Antônio Jorge, por que, então, não cortou seis secretarias, em vez de criá-las? Ele fez o inverso: criou milhares de cargos comissionados para abrigar a companheirada. Que companheirada? A companheirada que perdeu no Rio Grande do Sul, com Tarso Genro, a companheirada que perdeu com o Haddad e com a Dilma, que está lotando os cargos comissionados. Eles não estão fazendo nem aquilo que é trivial, deputado João Leite, nem aquilo que eles da esquerda sempre defenderam, que é defender mais o Estado máximo, o Estado paternalista, o Estado que tem de fazer tudo, na visão socialista. Então, nem eles que defendem isso tudo conseguem fazer hoje o trivial, cuidar da saúde da população, da educação, da segurança pública. Sabem por quê? Porque a população não é a prioridade, como também não o são os serviços públicos, para os quais o Estado deveria destinar os impostos que arrecada, colocá-los a serviço da população, deputado Antônio Jorge. Para o PT, prioridade é abrigar, é dar emprego aos companheiros. Essa é a prioridade do PT.

Os sindicatos, agora, estão se deparando com a realidade e botando os pés no chão. Governador, se o senhor fosse um homem sério, cortaria as seis secretarias que criou e os três mil, quatro mil cargos comissionados; cortaria em 50% a verba para a propaganda oficial de R\$100.000.000,00 aprovada pela base. Aí o senhor ia ver que o dinheiro começaria a aparecer para a prioridade para qual o Estado foi criado e concebido.

O Estado não é cabide de emprego de partido “a”, “b” ou “c”. O Estado tem que converter todos os seus impostos, a sua arrecadação, a sua organização político-administrativa em serviços para a população do Estado, no caso, o Estado de Minas Gerais. É uma vergonha, ele não tem planejamento, não tem prioridade, não sabe manejar as ferramentas à disposição. Existe um verdadeiro descalabro, um verdadeiro retrocesso no Estado de Minas Gerais. É uma vergonha o desrespeito com os servidores públicos.

Terceira data-base dos servidores da segurança pública, 1 ano e 10 meses de parcelamento, e agora o governo levará 30 dias para pagar a última parcela, dia 30 do mês seguinte para receber os primeiros 30 dias, 60 dias para receber o salário integral. Onde está o governo? Onde estão as promessas? Ficou tudo na falácia, no engodo, na embromação, na enrolação. Não fui eu quem disse

desta vez, mas o presidente do Sindpol, Denilson Martins: “O governo que não recebe a classe trabalhadora é burro e incompetente”. Não é incompetente nem burro, é competente e inteligente, mas para criar cargos e secretarias para abrigar os companheiros do PT. O resto da população e os servidores públicos que se explodam. Esse é o lema do governo do PT em Minas Gerais. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Sra. Presidente, deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos de Minas Gerais que acompanham o Plenário da Assembleia Legislativa nesta tarde, meus cumprimentos.

Deputado Sargento Rodrigues, há muitos anos ouvimos falar do resquício da ditadura militar e agora estamos vivendo no País o resquício da presença da esquerda no governo brasileiro. É algo insuportável o que estamos vivendo no Brasil. Nestas semanas, rasgamos o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA é considerado no mundo um documento avançado, construído pela sociedade brasileira, de proteção à criança e ao adolescente. E agora o nosso país está inundado de perversidade, de algo inaceitável para uma civilização construída com os valores que, de alguma forma, construíram o ECA. Nossas crianças, nossos adolescentes estão expostos a exposições que retratam a pobreza, retratam a tristeza em que se tornou a elite brasileira, uma elite da esquerda brasileira que impõe às nossas crianças e aos nossos adolescentes a imoralidade. O ECA chamou a atenção sobre o crime de expor crianças e adolescentes a aberrações.

Deputado Vanderlei Miranda, não passe pelo Palácio das Artes hoje, pois V. Exa. ficará ultrajado. A exposição que está lá, custeada pelo dinheiro público, é algo de envergonhar a todos nós. Quero saber da cabeça de quem está saindo isso. Pagar com impostos dos brasileiros e mineiros essa imoralidade, esse ataque às crianças e adolescentes? Não estou falando do ECA apenas em relação ao adolescente em conflito com a lei, mas dos instrumentos do ECA de salvaguarda, proteção às nossas crianças e aos nossos adolescentes. A esquerda brasileira o jogou no lixo, na fossa moral em que o Brasil se envolveu.

Não quero falar de imoralidade, mas do caos social no Brasil hoje. Não é questão moral, mas social.

Estamos falando de agressão a um estatuto construído pelo povo brasileiro, que pode receber muitas críticas, mas que considero, depois de ter assumido a secretaria que lida com a criança e o adolescente, um dos documentos mais fundamentais para a proteção desse público. Expor crianças e adolescentes ao que vimos no museu em São Paulo é crime! Onde está o Ministério Público? Onde está a Defensoria Pública? Onde estão aqueles que têm a responsabilidade de guardar o Estatuto da Criança e do Adolescente?

Agora esse lixo social veio para o Palácio das Artes. A Fundação Clóvis Salgado tem de explicar que lixo é esse exposto no Palácio das Artes, tem de explicar essa agressão à nossa criança e ao nosso adolescente. E se prepare, deputado Vanderlei Miranda, porque na próxima semana a Funarte-MG vai expor, com dinheiro público, um filme que trata Jesus Cristo como transexual. O Estado é laico mas, dizendo que isso é arte, não pode entrar em algo que pertence à religião. É por isso que o Estado é laico. A religião não pode entrar no Estado, mas o Estado não pode entrar nos assuntos da religião e agredir a religião dos mineiros! Mas o governo do PT e a Funarte-MG vão atacar e agredir todos os cristãos de Minas Gerais. E com o dinheiro de quem? Com o dinheiro dos cristãos, deputado Sargento Rodrigues, e daqueles que, embora tenham outra religião, também acreditam em Jesus. Eles não têm a menor importância para o PT, que vai agredir a população de Minas Gerais com esse lixo. É um lixo! Não levem seus filhos ali! Nunca imaginei que fosse falar isso na minha vida, referindo-me a uma casa de exposição das artes de Minas Gerais, que já abrigou a obra de D. Isabel, de Santana do Araçuaí, de outros artistas do Jequitinhonha e dos mais importantes artistas mineiros! Mas hoje o PT transformou o Palácio das Artes em um lugar de exposição de um ataque e de uma agressão à criança e ao adolescente.

Ah, queria saber se os pais e mães da esquerda levam seus filhos ao Palácio das Artes! Se levam seus filhos para tocar em um homem nu! Queria saber isso. Onde está o Estatuto da Criança e do Adolescente? Muitas pessoas da direita com quem a gente não concordava e a quem chamávamos de fascistas eram contra o Estatuto da Criança e do Adolescente. Hoje, a esquerda brasileira rasga o Estatuto da Criança e do Adolescente e expõe a criança e o adolescente brasileiros ao vexame. Eles estão expostos ao vexame! Não levem seus filhos ao Palácio das Artes! Nunca imaginei que fosse falar uma coisa assim! Teríamos de cobrar o que o PT está gastando

com a exposição e com a exibição desse filme de Jesus transexual, porque estão atacando as famílias de Minas Gerais que têm a sua crença. E eles riem disso. É tão engraçado isso! Achei que no Brasil a direita iria mudar o Estatuto da Criança e do Adolescente; que a direita brasileira, que queria incriminar adolescentes com 12, 10 anos de idade, mudaria o nosso estatuto. Não; foi a esquerda que o jogou na vala, jogou no lixo o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Deputado Sargento Rodrigues, não tem dinheiro para pagar o funcionalismo público nem para dar armas aos nossos policiais, mas sim para fazer uma exposição que agride, de morte, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – e para pagar a exibição de um filme que mata, aniquila a fé dos mineiros, ou seja, que não respeita a fé das pessoas. Este estado é laico. Não é a religião, ou a igreja, entrando no Estado. O Estado não pode agredir a religião da população de Minas Gerais. Só que agora está agredindo.

O deputado Léo Portela (em aparte)* – Obrigado, deputado João Leite. É um tema que precisa ser debatido a fundo porque o Brasil está de cabeça para baixo. A relativização que estão querendo impor na nossa sociedade, hoje, é algo nefasto. Há relativização dos valores, das famílias e, inclusive, de crimes. Vemos aí o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, que foi uma criação do PT, ou seja, o PT participou de maneira ativa da criação desse documento. Certamente foi uma vitória de todos os brasileiros. Mas hoje vemos pessoas ligadas à própria esquerda querendo relativizar o art. 241 do ECA, algo que não pode acontecer. Eles estão expondo as nossas crianças à pedofilia. Aliás, não digo “pedofilia”. Quero retirar esse termo, porque pedofilia é leve para essa turma. O termo certo é que querem expor nossas crianças aos estupradores de crianças.

Hoje, na PUC de Belo Horizonte, está um homem que, certamente, é alguém que incentiva o estupro de crianças: Gaudêncio Torquato, aquele curador da mostra *Queermuseu*. Pais de família que nos assistem em casa, enquanto estamos aqui, quem está na capital dos mineiros hoje, na PUC, universidade confessional, católica e cristã, é Gaudêncio Torquato, fazendo, certamente, a exposição do seu *Queermuseu*, dizendo que é algo do bem, que é arte que deve ser retratada e as famílias têm de participar deste momento. É um estuprador de crianças. É alguém que incentiva o estupro de crianças e está ligado a movimentos pedófilos internacionais. Não é uma pessoa do bem. Não podemos admitir que alguém que relativiza a pedofilia seja uma pessoa bem recebida na capital dos mineiros. Fora, Gaudêncio Torquato! Você não é bem-vindo na nossa capital nem no nosso estado. Nós repudiamos os estupradores de criança. Nós repudiamos aqueles que querem roubar a infância das nossas crianças. Não admitimos essa relativização e a destruição das famílias. Isso é cartilha de Marcuse, ou seja, é a revolução sexual de Marcuse que está sendo pregada aos quatro cantos por pessoas da esquerda talibã. Não podemos admitir isso no nosso estado. Fora, Gaudêncio Torquato!

O deputado Noraldino Júnior (em aparte)* – Deputado João Leite, não vou me alongar no assunto, pois V. Exa. já se pronunciou, de forma bem assertiva, sobre todas essas maldades e covardias que têm acontecido, não só em Minas Gerais mas em todo o Brasil.

Queria propor, deputado João Leite, a todos aqui que nos unamos, aliás, não só nós, da bancada evangélica, mas todos nós, que defendemos os valores das famílias e os valores cristãos. Temos de nos unir e fazer força sem essas barbaridades e atrocidades que têm acontecido. Não consigo entender. Ainda tenho visto, deputado João Leite, pessoas defenderem essas barbaridades e atrocidades que se têm feito com as nossas crianças e as nossas famílias. Não é à toa, deputados João Leite e Vanderlei Miranda, que a nossa criminalidade tem aumentado. Isso é em decorrência da falta de princípios e da quebra da estrutura familiar, que vem acontecendo ao longo dos anos.

Então, deputado João Leite, conte com este parlamentar. Proponho a V. Exa. fazermos um trabalho, não só com a bancada evangélica mas também com todos os parlamentares que defendem os princípios e valores cristãos e a família. É necessário que nos mobilizemos para pôr fim a essas grandes atrocidades que têm acontecido em todo o nosso Brasil. Obrigado pela oportunidade.

O deputado João Leite* – Muito obrigado, deputado Noraldino Júnior.

Hoje tive a alegria – não para mim, porque não me pertence – de receber o telefonema de um deputado, nos mesmos termos que V. Exa. usa. Ele solicitou a mesma coisa: que construamos aqui, na Assembleia, uma grande frente contra o massacre das crianças de Minas Gerais. Vamos proteger nossas crianças.

Deputado Noraldino Júnior, eu achava que a direita acabaria com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Na verdade, não foi a direita. Quem está rasgando o Estatuto da Criança e do Adolescente é a esquerda. E o que mais me dói é ver o dinheiro público ser gasto para isso aqui. Vejam o nome da peça paga pelo PT: *O evangelho, segundo Jesus, rainha do céu*. E, aí, uma transexual vai se exhibir no lugar de Jesus Cristo. Isso é rasgar totalmente aquilo que está escrito em nossa Constituição, nos documentos internacionais de que o Brasil é signatário, relativos à separação do Estado e da igreja. Aqui é o Estado invadindo a igreja, invadindo a fé das pessoas, cuspidando na fé das pessoas.

Concedo aparte à deputada Rosângela Reis.

A deputada Rosângela Reis (em aparte)* – Deputado João Leite, o deputado Noraldino Júnior já falou aqui sobre a questão das ações. Vejo que V. Exa. trouxe um assunto importante que vem afetar realmente as nossas crianças e as nossas famílias. Convido-o para que façamos um grande movimento no Palácio das Artes para impedir essa exposição. Convido também os demais deputados que queiram participar dessa ação. Vamos mobilizar o Vale do Aço, o Estado de Minas Gerais, para que possamos impedir essa exposição nesse dia que dizem que haverá a apresentação. Então, convido vocês para que possamos trabalhar com as igrejas, os movimentos sociais e que lotemos o Palácio das Artes para impedir esse ato no Estado de Minas Gerais.

O deputado João Leite* – Concluo, Sr. Presidente, e já lhe agradeço pelo tempo que me concedeu a mais.

Parabéns, deputada Rosângela Reis. Realmente espero uma palavra do meu companheiro, por quem tenho uma grande admiração, deputado André Quintão, defensor histórico da criança e do adolescente. Não vamos deixar morrer o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Queria muito dar um aparte ao vencedor, ao vitorioso deputado João Vítor Xavier, mas tenho de devolver a palavra ao presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, a quem novamente agradeço.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bonifácio Mourão* – Cumprimento o presidente, as deputadas e os deputados.

Venho à tribuna para realçar mais um campeonato, mais um título do Cruzeiro – não é, Gustavo Valadares? Pentacampeão da Copa Brasil, bicampeão nacional e bicampeão da Libertadores da América. Presidente Dalmo Ribeiro Silva, o Cruzeiro conquistou 11 títulos de expressão nacional em pouco tempo. Deputado Sargento Rodrigues, ao todo foram 40 títulos, já na fase do Mineirão. Eu me refiro exatamente ao papa-título de Minas Gerais, cujo nome é Cruzeiro.

Vou conceder aparte a V. Exa., mas vou falar da vitória do Wagner Pires, candidato do Gilvan de Pinho Tavares.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Queria que o deputado João Leite também apartearse V. Exa., Prof. Mourão. O deputado João Leite está compenetrado aqui com outro tema. Mas, V. Exa. tem razão, é motivo de alegria para todos nós. Quando V. Exa. ocupou a tribuna, causou burburinho aqui atrás. Deve ser dor de cotovelo. Alguma dorzinha de cotovelo de alguns torcedores do time adversário, que não ficaram muito felizes. Entretanto, ser pentacampeão de um torneio tão importante como esse não é para qualquer time. V. Exa. está de parabéns por essa lembrança e também pela lembrança da eleição do presidente Wagner Pires, que contou com o nosso apoio também, é bom que V. Exa. saiba disso. Contou com o apoio do deputado João Vítor Xavier e de outros colegas parlamentares, com certeza. O time brilhou mais uma vez. O maior de Minas, mais uma vez, brilhou e elevou o nome de Minas Gerais, como fez naquele antigo 6 a 2. V. Exa. deve se lembrar muito bem do 6 a 1, mas estou falando do 6 a 2 do time de Pelé, no Santos de Pelé, que realmente rompeu com todos os bloqueios que Minas Gerais tinha no cenário do futebol brasileiro. Parabéns a V. Exa. pela lembrança, o time realmente brilhou, e deve ser lembrado aqui, com certeza. É óbvio, V. Exa. é um deputado

de uma grandeza e de um trabalho especial, mas não vamos nos ocupar de uma fala única, relativa a esse assunto, até porque temos temas muito importantes. Mas não deixa de ser importante a lembrança de V. Exa. aqui, referente a essa grande e brilhante vitória do nosso querido Cruzeiro Esporte Clube. Parabéns a V. Exa.

O deputado Bonifácio Mourão* – Agradeço a V. Exa., deputado Sargento Rodrigues. Além de outras qualidades, V. Exa. tem bom gosto para torcer para um time como o Cruzeiro.

Com muito prazer, concedo aparte ao ilustre colega, grande jornalista e radialista, deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* – Quero agradecer a V. Exa. e gostaria de fazer coro aos cumprimentos ao Wagner Pires pela vitória. Sou um desportista, obviamente pela minha profissão como jornalista na Rádio Itatiaia. Tenho enorme respeito a todos os clubes, a todos candidatos, a todos que participam. Quero desejar a ele boa sorte. Não é uma missão fácil, não é uma missão simples ser presidente de um time da grandeza do Cruzeiro, do Atlético, do Corinthians ou do Flamengo, que são verdadeiras nações. São clubes que têm 8 milhões, 9 milhões, 10 milhões ou 20 milhões de torcedores, como é o caso do Corinthians. Um clube como o Cruzeiro, hoje, que possui cerca de 8 milhões, 9 milhões, é uma grande nação, é mais que a população de muitos países. Que ele possa fazer uma grande gestão à frente do Cruzeiro, o que será fundamental para a instituição, para o futebol mineiro. Ele recebe o Cruzeiro com grandes conquistas recentes, na gestão de Gilvan de Pinho Tavares, que, além de ser um presidente vencedor, é extremamente respeitado pela sua honestidade e capacidade ética à frente do Cruzeiro. Então, quero desejar ao Wagner Pires que tenha uma boa gestão à frente do Cruzeiro, que ele faça um grande trabalho. Isso é fundamental, importantíssimo para o futebol mineiro.

Quero registrar que este é um final de ano de muitas eleições no esporte. Daqui a alguns dias, haverá a eleição do Atlético, depois a do América, do nosso querido colega Alencar da Silveira Jr. Então, quero desejar que os clubes mineiros tenham grandes gestores, grandes gestões, porque isso será muito importante.

Gostaria de pedir a V. Exa., caso V. Exa. venha a falar do assunto tratado anteriormente, sobre a questão da exposição das nossas crianças, um minutinho também para apartear-lo. Muito obrigado.

O deputado Bonifácio Mourão* – Muito obrigado, deputado João Vítor Xavier. A vantagem maior ainda é que o Cruzeiro se consagrou pentacampeão em cima do Flamengo. Vencemos todas as dificuldades, que a gente sabe que existem quando se enfrenta Flamengo ou Corinthians. Mas o Cruzeiro venceu todas essas dificuldades.

Não poderia me esquecer da administração do Dr. Gilvan de Pinho Tavares, que, como presidente do Cruzeiro, durante seis anos, conseguiu ganhar dois títulos nacionais seguidos, o bicampeonato nacional.

Conseguiu ganhar vários títulos importantes, inclusive, o pentacampeonato da Copa Brasil. O Dr. Gilvan classificou o Cruzeiro para a Taça Libertadores da América, além de outros títulos e outras conquistas.

Lembro-me do Gilvan, desde o início, quando ainda jogava futebol no juvenil do Cruzeiro, morava na Rua Guajajaras, nº 1.580, e era torcedor do Cruzeiro, isso há mais de 50 anos, quando ainda éramos estudantes. Somos primos de primeiro grau, nascemos em Sabinópolis. Se por acaso, deputado Gustavo Corrêa, o governador Pimentel tivesse mais boa vontade com o Gilvan, ele já poderia estar exercendo o cargo de deputado aqui na Assembleia, pois é o primeiro suplente. Quantos outros o governador convocou para esta Assembleia? Poderíamos ter o presidente do Cruzeiro aqui, e Sabinópolis, a minha pequena terra, poderia ter três deputados nesta Casa. Seríamos: este que lhes fala neste instante, o deputado Geraldo Pimenta e o Dr. Gilvan de Pinho Tavares, que é o primeiro suplente de deputado. Sabinópolis, com apenas 16 mil habitantes, poderia ter perfeitamente três deputados nesta Casa.

Quero me referir também a uma matéria publicada no jornal *O Tempo*, de ontem, pelo redator e jornalista Josias Pereira, quando faz justiça ao Dr. Gilvan em seu artigo, dizendo: “Gilvan entrega Cruzeiro ainda mais gigante”. Entre os destaques, começa dizendo: “Depois de seis anos, Gilvan de Pinho Tavares caminha para os seus últimos meses como presidente do Cruzeiro. Uma administração que, no fim das contas, saiu-se como uma das mais vitoriosas da história do clube. Recordo-me que no fim daquele ano

de 2012, turbulento, em que o Cruzeiro, por vezes, flertou com a queda, uma decisão arriscada mudou o rumo da Raposa definitivamente. Pois sim, na vida é preciso assumir riscos. E Gilvan o fez ao depositar um cheque em branco na mãos de Alexandre Mattos, então seu diretor de futebol, para montar um time campeão”. Foi na época em que dispensou Montillo e contratou Éverton Ribeiro, Ricardo Goulart e outros craques, que na época não tinham muita expressão esportiva e com o Cruzeiro se tornaram verdadeiras expressões no cenário esportivo. Destaca ainda Josias Pereira: “Gilvan não levou o Cruzeiro à conquista do título mundial, como estipulou, mas fez a Raposa ser o terceiro time do País em conquistas nacionais. É difícil mensurar qual a posição de Gilvan entre os maiores presidentes da história do Cruzeiro, mas, sem dúvida, é um vitorioso”.

Queremos então, através deste destaque, assinalar a mais nova conquista de Gilvan como presidente do Cruzeiro, conseguindo contribuir, sobremaneira, para eleger o novo presidente do Cruzeiro, o Dr. Wagner Pires, que, com certeza, dará segmento ao grande trabalho que o Dr. Gilvan vem realizando na presidência do Cruzeiro, em Minas Gerais.

O deputado Bonifácio Mourão – Concedo um aparte ao deputado Alencar da Silveira, ilustre presidente do América, que vem fazendo uma brilhante campanha nacional e, se Deus quiser, voltará à Chave A do Campeonato Nacional.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* – Nesta oportunidade, gostaria de parabenizar a nova presidência do Cruzeiro e o Gilvan por fechar, com chave de ouro, esse mandato, uma pessoa séria, pessoa correta, pessoa honesta, pessoa de quem esta Casa gosta muito. Gostaria, em nome de V. Exa., que é cruzeirense, e em nome de vários cruzeirenses que aqui estão, de parabenizar o Gilvan pela eleição democrática, uma eleição disputada e que, tenho certeza absoluta, mostrou a força do Cruzeiro.

Lembro ainda que agora é a hora de união de todos do Cruzeiro e de Minas. Todos nós temos de fazer cada vez mais um esporte melhor, um esporte mais harmônico, um esporte que tem as diferenças dentro do estádio.

O deputado Bonifácio Mourão* – No próximo campeonato, teremos três times fortes representando Minas Gerais na Chave A.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* – Com certeza essa é a vontade da torcida do América, a vontade deste presidente do América, e pode ter certeza de que voltaremos para fazer um belo Campeonato Brasileiro.

Também gostaria que V. Exa. alertasse a população belo-horizontina para o fato de que a chikungunya está descendo da Bahia, uma vez que já passou pela cidade de V. Exa., Governador Valadares, e está próxima daqui. A chuva e o calor estão chegando, e o mosquito está voltando. Essa é uma doença que não foi combatida em outros países, e vamos ter aqui – estou falando no início de outubro – sem dúvida nenhuma, um problema sério. Então cabe à população cuidar das águas encostadas, senão, no futuro, vamos pagar caro com essa doença que chega na região metropolitana e em toda Belo Horizonte.

Muito obrigado, meu grande cruzeirense e eleitor do Gilvan.

O deputado Bonifácio Mourão* – Agradeço a V. Exa., deputado Alencar da Silveira, presidente do América. Sua manifestação é extremamente oportuna e faz justiça à administração do Dr. Gilvan de Pinho Tavares, no Cruzeiro.

Volto a dizer que, quando falei sobre o Éverton Ribeiro, eu também citei o Ricardo Goulart, que hoje são estrelas internacionais, mas eles brotaram, sobretudo, no Cruzeiro, com o início da presidência do Dr. Gilvan.

Ratificando as palavras do deputado Alencar da Silveira, eu estava com o propósito de encerrar minhas palavras, Sr. Presidente, pedindo a união de toda a torcida do Cruzeiro, para que ele volte a conquistar novos e grandes títulos e, quem sabe, a Taça Libertadores da América. Sonhar e sonhar alto, porque time e elenco para isso o Cruzeiro tem. Além dos títulos já conquistados, o Dr. Gilvan conseguiu com que o Cruzeiro atingisse o 5º lugar no campeonato nacional. É a posição que o Cruzeiro ocupa atualmente em razão de um trabalho sério e dedicado do Dr. Gilvan na presidência, trabalho esse que, com certeza, terá continuidade com seu ilustre e novo presidente, Dr. Wagner Pires. Naturalmente, ele conduzirá o Cruzeiro a uma nova união, com um grupo liderado pelo Zezé Perrella, pelo Sérgio e por tantos outros, que, democraticamente, disputaram as eleições do Cruzeiro, e, com certeza, o Cruzeiro saiu o

maior vencedor depois dessa nova eleição. Parabéns ao Cruzeiro, parabéns ao Dr. Gilvan, parabéns ao Dr. Wagner Pires e a todos os cruzeirenses do Brasil.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, telespectadores que acompanham a TV Assembleia, boa parte dos debates nesta tarde tratou do respeito e da defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente. De fato, é uma legislação inovadora para a qual tenho muito orgulho de ter contribuído modestamente, reconhecendo, na década de 1980, assinaturas para as chamadas emendas populares.

A emenda que originou o art. 227 da Constituição Federal, que rompeu com a tradição menorista do Código de Menores, o Código Mello Mattos, de 1923, foi originada de emenda popular. Ela trata a criança como prioridade absoluta no seu art. 227, regulamentado pela Lei Federal nº 8.069, de 13/7/1990, o conhecido Estatuto da Criança e do Adolescente. Outros dois artigos foram originários dessa mesma emenda popular: os arts. 203 e 204, que estabelecem, pela primeira vez, a assistência social como direito de cidadania, política de Estado, dever do Estado. Esses artigos da Constituição Federal foram regulamentados através da Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742, de 1993, do dia 7 de dezembro, sancionada pelo então presidente Itamar Franco. Esses artigos foram oriundos da mobilização popular, do trabalho de especialistas, técnicos e movimentos sociais e significaram um grande avanço no arcabouço das políticas públicas sociais em nosso país. Os arts. 203 e 204 e a Lei Orgânica da Assistência Social foram depois materializados e efetivados no governo Lula, em 2003, com a conferência nacional que deliberou sobre a Política Nacional de Assistência Social, aprovada em 2004 pelo Conselho Nacional. Ela estabeleceu a proteção social básica, a proteção social especial e o Sistema Único da Assistência Social – Suas –, consagrado em 2005 como norma operacional básica pelo ex-ministro de Desenvolvimento Social, Patrus Ananias. Foram criadas as unidades públicas estatais, os centros de referência da assistência social – Cras –, os centros de referência especializada da assistência social – Creas. Depois tivemos a tipificação dos chamados serviços socioassistenciais de fortalecimento de vínculos familiares, de convivência dos idosos e das crianças. Tudo isso foi integrado à política de transferência de renda, com o Benefício de Prestação Continuada, pago a idosos e pessoas com deficiência; com o Programa Bolsa Família, universalizado; com a criação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, que estabeleceu equipes de referência para as unidades estatais de assistência social.

Sem dúvida, tivemos grandes avanços. Eu diria que a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e sobretudo a Loas e o Suas indicaram um patamar qualitativamente superior de compreensão dos direitos sociais em nosso país. Durante os anos Lula e Dilma, houve essas iniciativas, além da recomposição do salário mínimo; dos programas habitacionais, como o Minha Casa Minha Vida; dos programas de fortalecimento do desenvolvimento agrário; dos programas de eletrificação rural, como o Luz para Todos; dos programas de fortalecimento de agricultura familiar, como o Pronaf; da edição da Lei nº 11.947, de 2009, que estabelece a aquisição de no mínimo 30% de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar, e do Pnae, que desenvolveu economicamente a agricultura familiar, o homem do campo e os pequenos municípios. Todas essas políticas públicas sociais não apenas dinamizaram a economia, mas permitiram que 40 milhões de brasileiros saíssem da linha da pobreza e que o Brasil saísse do mapa da fome.

Esse legado, esse sim, é o do PT, dos partidos aliados, dos movimentos sociais, das pessoas de bem da nossa sociedade. Aí não é legado de Talibã, de experiências socialistas de outros continentes em outras épocas históricas. É um legado construído principalmente a partir da Constituição de 1988, com a presença dos movimentos sociais, dos partidos, mas principalmente do povo organizado. Agora é esse legado que está sendo duramente atacado. Diria que a maior preocupação com o descumprimento da doutrina da proteção integral da criança e do adolescente diz respeito neste momento aos desmontes das políticas sociais.

Não vou entrar aqui no debate sobre exposição de artes, peça de teatro, até porque não sou crítico de arte nem de cinema e não tive a oportunidade sequer de ver essas exposições, mas queria discutir aqui política pública. Hoje o corte orçamentário do

governo federal em relação ao Sistema Único da Assistência Social – Suas – é da ordem de 98,2% para o ano de 2018. O corte previsto para o programa Bolsa Família é de 11%. Só em Minas Gerais 100 mil famílias deixarão de ser incorporadas a esse programa. O corte de recursos para a agricultura familiar beira a casa dos 82%, prejudicando a qualidade alimentar e nutricional de todos, porque ela responde por 70% daquilo que está na mesa do trabalhador, da alimentação do cotidiano brasileiro.

Essa medida, associada a outras – como a emenda constitucional que congela por 20 anos os investimentos sociais do País; a terceirização; a reforma trabalhista, que coloca o negociado prevalecendo sobre o legislado; e até a reforma da previdência, que, se não fossem as delações da JBS, estaria na pauta do Congresso hoje, que desvincula o valor do Benefício de Prestação Continuada do salário mínimo e coloca a idade mínima de ingresso e de acesso a esse benefício de 65 para 70 anos, prejudicando as pessoas idosas, pobres deste país –, é terrível.

Portanto, temos uma equação que, tenho repetido isso aqui, não fecha: de um lado fatores que tensionam e ampliam a vulnerabilidade social, uma taxa de emprego entre 13% e 14%, a reforma trabalhista, a terceirização, o desinvestimento no campo; de outro lado, o congelamento dos investimentos e dos recursos necessários para o financiamento de políticas públicas que pudessem atenuar essa situação. É exatamente isso que temos de enfrentar neste momento. Temos de unir forças, todos os que defendem a inclusão social, para evitar esses cortes orçamentários. Um corte orçamentário de 98,2% é a morte do Suas, é o prejuízo do programa Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada, porque, na estrutura federativa de financiamento do Suas, o governo federal responde historicamente – e isso cresceu durante os governos Lula e Dilma – por 77% do bolo do conjunto de orçamento da assistência social; os estados respondem por 8%; e os municípios, por 14, 15%. Portanto, este é um momento de indignação, de alerta e de mobilização.

Tivemos, no último dia 28, um dia nacional de mobilização em defesa do Suas e contra os cortes orçamentários.

Pasmem, telespectadores, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o orçamento previsto pelo governo federal para o Suas, excluídos os benefícios de transferência de renda, é de R\$78.000.000,00. É o orçamento da Prefeitura de Belo Horizonte. O que o governo federal, o que o governo Temer está destinando para a assistência social no ano que vem é equivalente ao orçamento de Belo Horizonte, que é inferior e representa 50% do orçamento da Sedese. Como manter estrutura de política pública com um orçamento ínfimo e irrisório como esse? O resultado é o fenômeno do aumento da população de rua, pessoas que não têm renda e não têm acesso à moradia. O resultado é a volta dos pedintes, das pessoas que vão sobreviver de doações, de cestas básicas. O resultado são as crianças voltando para o trabalho infantil. Aí, sim, num claro desacordo com o que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. O que está acontecendo é os catadores e as catadoras de materiais recicláveis voltando para os lixões, deixando o trabalho de triagem, de apoio à coleta seletiva para trabalhar na catação, muitas vezes de alimentos orgânicos, até estragados, para matar a fome. É esse o Brasil do governo Temer. É esse o Brasil que está sendo apresentado à população como alternativa ao legado do PT. E não é por outro motivo que a população hoje o rechaça, abomina. O governo federal hoje tem 3% de popularidade. Daqui a alguns meses, vão ter de criar uma espécie de popularidade negativa, porque desse jeito vai ser negativo, menos do que está a atual popularidade.

Portanto, queria vir aqui, neste momento sério da realidade brasileira, respeitando as questões de valores morais, que considero absolutamente inerentes a cada ser humano, a cada parlamentar, evidentemente dentro dos limites do Estado, da liberdade de expressão e também da visão coletiva, dizer que o grande ataque aos direitos da criança e do adolescente neste momento é a fome, a miséria, a ausência de habitação. As pessoas, as famílias mais pobres, que nem sabem onde fica o Palácio das Artes, que não têm acesso à cultura, ao cinema, ao teatro, estão preocupadas, sim, preocupadas com o pão de cada dia, preocupadas com a permanência da criança na escola, preocupadas com o atendimento à saúde, preocupadas no campo com o fortalecimento da agricultura familiar. Considero que esse desmonte das políticas públicas sociais em nosso país, neste momento, terá efeito – já está tendo no presente – geracional futuro, interditando um ciclo de gradual incorporação da família ao mercado de consumo, mas sobretudo de emancipação e

autonomia dos jovens que são filhos dessas famílias apoiadas pelas políticas públicas. Faço aqui, presidente Dalmo, um apelo para que, independentemente dessas disputas absolutamente normais da democracia, possamos unidos identificar a gravidade do momento. Não podemos admitir um corte orçamentário de 98,5% no sistema de política pública que cuida dos mais pobres. Muito obrigado.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 9/10/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Caio César Climaco Vieira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas

Melhor;

exonerando Juliana Ellen de Sales, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

exonerando Mariana Salazar Martins, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Geraldo Pimenta;

nomeando Leonardo Edson Barbosa, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Lourival Santana, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Geraldo Pimenta;

nomeando Vinícius Moreno Nolasco, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas

Melhor.

**ERRATA****ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/9/2017**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 7/10/2017, na pág. 30, após o trecho “Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão.”, acrescente-se o seguinte:

“Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 9.783/2017.”.

E exclua-se o resumo do referido requerimento da lista de requerimentos recebidos, submetidos a votação e aprovados.